

# A educação para mulheres: uma análise histórica das escolas mistas profissionalizantes<sup>1</sup>

## Educación para mujeres: un análisis histórico de las escuelas mixtas profesionalizantes

Maísa Stefani Soares

Doutoranda em História

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

maisa.stsoares@gmail.com

**Recebido:** 05/08/2024

**Aprovado:** 21/08/2025

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a educação profissional destinada às mulheres em Franca-SP, nas décadas de 1930 e 1940, foi influenciada pelas transformações econômicas e sociais decorrentes da expansão da indústria calçadista local. A partir da análise documental de registros escolares e do contexto histórico da cidade, busca-se compreender como a oferta de cursos foi progressivamente adaptada às novas demandas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se manteve atrelada a uma ideologia educacional que reforçava os papéis tradicionais de gênero. A investigação procura evidenciar como cursos voltados a habilidades consideradas femininas — como Corte e Costura, Rendas e Bordados — passaram a ocupar lugar central na formação de mão de obra qualificada para atender à crescente industrialização, especialmente na produção de calçados. Ao considerar essa dinâmica, o artigo discute a tensão entre a permanência de uma educação voltada ao “lar” e a adaptação prática às exigências do setor produtivo, revelando uma complexa articulação entre gênero, educação e economia. Por fim, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre o papel das mulheres nesse processo histórico, oferecendo subsídios para futuras investigações que problematizem as relações entre escolarização, trabalho feminino e transformação social no interior paulista.

**Palavras-chave:** Educação feminina; Escola Mista; Período Republicano.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar de qué manera la educación profesional destinada a las mujeres en Franca-SP, durante las décadas de 1930 y 1940, fue influenciada por las transformaciones económicas y sociales derivadas de la expansión de la industria del calzado local. A partir del análisis documental de registros escolares y del contexto histórico de la ciudad, se busca comprender cómo la oferta de cursos fue progresivamente adaptada a las nuevas demandas del mercado laboral, al mismo tiempo que se mantenía vinculada a una ideología educativa que reforzaba los roles tradicionales de género. La investigación procura evidenciar cómo los cursos orientados a habilidades consideradas femeninas —como Corte y Confeción, Encajes y Bordados— pasaron a ocupar un lugar central en la formación de mano de obra calificada para atender al proceso de industrialización creciente, especialmente en la producción de calzado. Al considerar esta dinámica, el artículo discute la tensión entre la permanencia de una educación orientada al ámbito doméstico y la

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada sob a orientação da Dra. Márcia Pereira da Silva, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP Franca/Assis, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

adaptación práctica a las exigencias del sector productivo, revelando una compleja articulación entre género, educación y economía. Finalmente, esta investigación busca contribuir a una comprensión más profunda del papel de las mujeres en este proceso histórico, ofreciendo insumos para futuras investigaciones que problematizen las relaciones entre escolarización, trabajo femenino y transformación social en el interior paulista.

**Palabras clave:** Educación femenina; Escuela Mista; Período República.

## Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivenciou um processo de modernização que transformou profundamente as estruturas econômicas, sociais e educacionais do país. No interior paulista, essas mudanças foram particularmente perceptíveis em cidades como Franca-SP, onde a expansão da indústria calçadista não apenas impulsionou a economia local, mas também reconfigurou as formas de inserção das mulheres no mundo do trabalho. É nesse contexto que se insere o presente artigo, parte de uma pesquisa de doutorado em História, cujo objetivo é analisar as condições da educação feminina no Brasil durante o período de modernização, utilizando discussões teóricas e dados empíricos coletados de registros escolares. Esta primeira análise revela como as práticas educacionais reforçavam papéis de gênero tradicionais, limitando as oportunidades de ascensão social e profissional para as mulheres. Através do estudo de fontes históricas, como o Livro de Registro e Notas de uma escola, datado de 1924 a 1979, observa-se que as matrículas de mulheres, registradas a partir de 1928, estavam restritas a cursos que reforçavam o ideal de feminilidade. O artigo visa contribuir para a compreensão das raízes históricas das desigualdades de gênero na educação e fornece uma base para futuras discussões e pesquisas sobre o tema.

Em 1920, o Brasil passou por um período de modernização e debates sobre a formação da nação. A educação foi vista como uma forma de estabelecer nacionalidade e sentimento de pertencimento, sendo promovida por meio de reformas educacionais em todo o país, impulsionadas por pensadores da elite sob inspiração burguesa e europeia. Havia uma preocupação em romper com a desigualdade e o baixo grau de escolarização em comparação com os países europeus (Holler, 2013). Nesse contexto, Saviani (2006) afirma que o crescimento das instituições públicas foi uma tentativa de aproximar o Brasil dos países mais desenvolvidos, promovendo um ideal de civilização burguesa. Segundo o autor, as sociedades burguesas transformaram completamente o paradigma educacional na metade do século XX, introduzindo cursos profissionalizantes, comuns na Europa.

Saviani também destaca que novas formas de relações sociais alteraram a estrutura da educação, onde "[...] a dominância da indústria no âmbito da produção corresponde à dominância da cidade na estrutura social" (Saviani, 2006, p. 8). Gramsci (2017) observa que a atividade intelectual é complexa e que a definição de um indivíduo como intelectual está intrinsecamente ligada à questão social. Para ele, o empresário, na manutenção de sua classe e interesses, desenvolve organicamente a posição de intelectual, necessitando de um certo grau de conhecimento para ocupar sua posição social.

Assim, a escola serve como um instrumento para produzir intelectuais de diversos níveis e posições. Gramsci (2017) argumenta que é possível entender as características de um Estado ao observar a quantidade de escolas especializadas e a hierarquia proposta por elas. O autor, ao descrever especificamente o contexto das mulheres, afirmou que elas, no período em questão, não eram e nem podiam ser intelectuais. Em seus Cadernos de Cárcere definiu a escola por meio de classes sociais, com a tendência de relação entre a modernidade, entre aquela destinada à formação para o trabalho ou não.

## **Metodologia**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e histórica, com ênfase na análise documental de fontes primárias, a fim de compreender as dinâmicas educacionais e de gênero presentes no contexto da educação profissional feminina no interior paulista durante o processo de modernização do Brasil. O principal corpus documental utilizado foi o *Livro de Registro e Notas* de uma escola profissionalizante localizada na cidade de Franca-SP, abrangendo o período de 1924 a 1979. A análise concentrou-se especialmente nos registros de matrícula e frequência de alunas a partir de 1927, ano em que as mulheres passaram a ser oficialmente incluídas na instituição.

A escolha dessa documentação se justifica pelo seu potencial para revelar as práticas institucionais e as políticas educacionais voltadas à formação feminina. A leitura sistemática dos registros permitiu identificar quais cursos eram ofertados às alunas, quais os perfis de formação priorizados e como essas escolhas dialogavam com as transformações econômicas e sociais da cidade, marcada pela consolidação da indústria calçadista. O cruzamento desses dados com a legislação educacional vigente, decretos estaduais e federais, e com a literatura especializada sobre gênero, trabalho e educação, possibilitou uma análise mais abrangente do contexto histórico.

A metodologia empregada articula, portanto, a análise empírica de documentos escolares com o referencial teórico dos estudos de gênero e da História Social e Política. Essa combinação permitiu examinar não apenas o conteúdo explícito dos registros, mas também os silêncios e ausências que

revelam padrões de exclusão, naturalização de papéis de gênero e a lenta adaptação das instituições educacionais às demandas da industrialização. A análise documental foi orientada por perguntas-chave sobre a relação entre educação e gênero, buscando compreender como as práticas escolares reforçavam ou tensionavam as normas sociais da época.

Além da análise documental, a pesquisa contou com a contribuição oral da responsável pelo Maria Medianeira Monteiro Ferreira, responsável pelo Acervo da escola, e Joana Célia Borini, cuja memória institucional e mediação no acesso aos materiais foram fundamentais para contextualizar os dados coletados. Essa colaboração permitiu esclarecer aspectos administrativos e históricos da escola que não estavam devidamente registrados, enriquecendo a interpretação dos documentos.

Dessa forma, a metodologia adotada busca compreender a realidade educacional de mulheres em Franca a partir das práticas institucionais registradas em documentos oficiais, articulando-as com as transformações econômicas e sociais vivenciadas na cidade, sem perder de vista a complexidade das relações de gênero presentes nesse processo histórico.

**Imagem 1** – Fachada da Escola Profissional em 1945



Fonte: Acervo de Memória Alfredo Licurso. 1945. Fachada da Escola Profissional em 1945.

### **Uma análise histórica**

Mario Aliguiero Manarcorda (1989) destaca que, historicamente, o papel das mulheres na educação esteve intimamente ligado à manutenção do lar e da família. No contexto do ideal burguês, a educação, principalmente através de cursos profissionalizantes e não intelectuais, visava prepará-las para os cuidados domésticos, conforme observado por Saviani (2006). Esse papel de cuidadora do lar

era uma condição imposta a todas as mulheres, refletindo transformações sociais significativas ocorridas no século XIX, que perduraram até o início do século XX. A consolidação do capitalismo e o desenvolvimento da vida urbana trouxeram mudanças nos padrões sociais, promovendo um novo estilo de vida e mentalidade. A burguesia emergente estabeleceu um ideal de mulher burguesa, caracterizado pela intimidade e maternidade.

Para D’Incao (2004), essa ideia se associa à urbanização e modernização das cidades brasileiras nesse período, que resultaram em uma divisão clara entre os espaços públicos e privados. Enquanto a rua representava o espaço público, a casa era o domínio privado. As mulheres, portanto, deveriam se dedicar ao lar, sendo julgadas pela gestão doméstica. As mulheres da elite, em particular, eram responsáveis pelos cuidados e manutenção dos bons costumes, mantendo a limpeza e subserviência, observadas pela sociedade atenta aos padrões de conduta (D’Incao, 2004).

Contudo, June E. Huhner (2013) se aprofunda nesse debate, quando afirma que a mulher naturalmente era parte do espaço doméstico, descrevendo a mulher do século XIX como uma figura branca e privilegiada, raramente vista em público, reforçando a ideia de que o lugar da mulher era dentro de casa. A autora cita um provérbio português que exemplifica essa perspectiva: "uma mulher virtuosa saía de casa somente em três ocasiões: **para ser batizada, para ser casada e para ser enterrada**" (Huhner, 2013, p. 25, *grifos meus*). Esse ideal de confinamento doméstico não só restringia a mobilidade das mulheres, mas também limitava suas oportunidades de participação pública e social.

Essas discussões revelam a ligação entre as práticas educacionais e a estrutura social, mostrando como a educação foi utilizada para reforçar papéis de gênero e manter as mulheres em posições subalternas. As conclusões indicam que, apesar das reformas educacionais e do surgimento de cursos profissionalizantes, a educação das mulheres continuou a refletir e perpetuar desigualdades sociais e de gênero. A análise histórica desses processos é essencial para compreender as bases das atuais dinâmicas sociais e educacionais e para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Huhner (2013) explica que para as mulheres, o universo era necessariamente doméstico. As mulheres da elite não tinham muitas opções, pois eram ligadas aos interesses de sua família. A autora entra no aspecto educacional dessas mulheres, que, inicialmente, não possuíam o mesmo grau de alfabetização e acesso à educação das mulheres europeias. No Brasil do século XIX, a educação era limitada pelo “berço”. A modernidade colocou as mulheres como mantedoras do lar e as deu

oportunidade de educação, por meio da relação entre a educação e a maternidade e do “progresso e patriotismo” (p.29).

Assim, as mulheres tirariam maior benefício do estudo de línguas estrangeiras e de música, o que as valorizaria como candidatas ao casamento. Mesmo depois que a educação superior passou a ser uma possibilidade legal, com a abertura das faculdades de Direito e Medicina para as mulheres em 1879, foram bem poucas as que conseguiram ingressar nelas nas últimas décadas do século XIX. A maior parte dos homens cultos ainda supunha que as energias femininas deveriam ser direcionadas inteiramente ao serviço de suas famílias (Huhner, 2013 p.30).

E esse ideal de mulher burguesa, de elite, expande para o universo das mulheres das demais classes sociais, por meio da educação. A partir da escola mista, as mulheres passaram a ser preparadas para serem inseridas no mercado de trabalho. Os materiais didáticos da época partiam das Escolas Salesianas. O projeto salesiano era diretamente relacionado à religião, advindo de escolas europeias, seguindo o projeto de Dom Bosco, sacerdote católico fundador da Pia Sociedade São Francisco de Sales; como uma ação apostólica e educativa. Estavam incluídos aspectos de ordem, moral, costumes, religião, disciplina e respeito às autoridades (Isaú, 2006).

Além disso, a introdução das escolas mistas e o modelo Salesiano marcaram um ponto de inflexão na educação feminina durante o Período Republicano, ao incorporar práticas e valores que visavam adaptar as mulheres às novas exigências sociais e econômicas do início do século XX. Apesar de manter aspectos conservadores, como a preparação para papéis tradicionais, essas instituições começaram a oferecer uma educação que, ainda que limitada, abriu caminho para a participação feminina em áreas além do ambiente doméstico. A evolução dos currículos e a crescente demanda por cursos profissionalizantes refletem a tensão entre a continuidade dos papéis tradicionais e a necessidade emergente de uma força de trabalho feminina qualificada. Essa dinâmica evidencia um processo gradual de mudança que começa a desafiar e transformar o papel da mulher na sociedade brasileira da época.

### **As mulheres passam a ocupar espaço no mercado de trabalho**

Para Scott (2025) a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma decorrência natural da diferença biológica entre os sexos, deve ser compreendida como uma construção histórica e discursiva. A autora argumenta que a atribuição de certos tipos de trabalho às mulheres foi formalizada a partir de discursos sociais, políticos e institucionais que naturalizaram a desigualdade entre homens e

mulheres no mundo do trabalho. Ao longo do século XIX, o discurso dominante passou a associar o trabalho feminino a tarefas menos qualificadas, mal remuneradas e compatíveis com o suposto papel “natural” da mulher na esfera doméstica. Essa representação foi reforçada por legislações protetoras, estatísticas oficiais e políticas sindicais que, ao invés de incluir as mulheres como iguais no mercado, consolidaram sua posição subalterna.

Além disso, Scott (1988), explica que, o que define a mulher trabalhadora não é apenas sua presença em determinadas funções laborais, mas o modo como essa presença foi discursivamente construída e normatizada ao longo do tempo. A divisão entre trabalho masculino e feminino não é apenas uma questão de tarefas distintas, mas de hierarquias simbólicas que atribuem maior valor ao que é feito pelos homens. Nesse sentido, a identidade da “mulher trabalhadora” é resultado de disputas históricas sobre significados e poder, sendo continuamente moldada por discursos que legitimam sua exclusão de certas ocupações ou sua desvalorização em outras. Assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser explicada somente por transformações econômicas, mas exige uma análise crítica das narrativas que sustentam essas desigualdades como se fossem naturais ou inevitáveis.

Ainda assim, a História da Educação das mulheres passava por uma crítica aos critérios da escola mista. Como já citado, a partir da necessidade de reconhecê-las para educar seus próprios lares e formar uma nação, veio a demanda de inseri-las nas escolas e, principalmente, incluí-las no mercado de trabalho. Inicialmente, as escolas mistas foram consideradas promíscuas, ao retirarem as mulheres de lares e as colocarem junto a sociedade (Rosemberg, 2013, p.165).

Mesmo que o ideal da mulher burguesa em meados do século XX, aponte para aquelas que se dedicam à casa, é evidente que, conforme já mencionado, havia entre grupos economicamente desprivilegiados, que precisavam entrar no mercado de trabalho, por vários motivos.

Na década de 1920, foram realizadas diversas reformas educacionais pelo país. Em São Paulo, foi realizada a “*Reforma a Instrução Publica do Estado*”, respaldada pela Lei N. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, na qual estabeleceu a criação de várias instituições públicas de ensino gratuitas, desde as escolas primárias até as escolas profissionais. O artigo vinte deixa evidente, “*Incluem se, no programma das escolas femininas, aulas obrigatorias de puericultura, pratica de engommagem. e economia domestica*” (São Paulo, 1920).

Foi neste contexto que, na década de 1920 foram concebidas as escolas profissionais do Ensino Básico. Os cursos profissionais, em hipótese, colocaram a mulher de volta ao lar, como explica Rago (1997).

Também não se abrem perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica (Rago, 1997, p. 63).

A análise da educação feminina no início do século XX revela uma interseção entre tradições conservadoras e novas exigências econômicas e sociais. As reformas educacionais dos anos 1920, apesar de avançadas em alguns aspectos, continuaram a reforçar a divisão de gênero, destacando a tensão entre o progresso educacional e a manutenção de normas tradicionais. Esta análise evidencia a necessidade de uma investigação mais aprofundada para compreender plenamente as dinâmicas educacionais e sociais que moldaram a experiência feminina e sua evolução ao longo do tempo.

#### **Análise de dados das fontes documentais e orais**

Em consulta realizada ao Acervo, a responsável Maria Medianeira, em depoimento concedido à autora deste artigo em 2025, compartilhou uma série de informações relevantes sobre a trajetória da educação profissional. Acredita-se que a primeira turma de alunas tenha ingressado em 1828, embora o livro de registros consultado não esteja organizado em ordem cronológica. No que se refere à estrutura curricular, os cursos industriais tinham duração anual e integral, totalizando quatro anos de formação. A matrícula exigia idade mínima de 12 anos e comprovação de escolaridade primária, o que indica a preocupação com uma base educacional mínima para ingresso na formação técnica.

A consolidação das escolas profissionais no Brasil teve início sob a gestão de Nilo Peçanha, que implantou as primeiras instituições com esse perfil. Em 1924, foi fundada a Escola Profissional Masculina de Rio Claro, sendo seguida por outras unidades, entre elas a Escola Profissional de Franca, considerada a quarta escola instalada no estado. Até 1930, havia apenas oito escolas profissionais em funcionamento, marco que caracteriza a primeira fase de implantação desse modelo educacional, consolidado legalmente pelo Decreto nº 6.604, de 13 de agosto de 1934 (Ferreira, 2025).

Com a criação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica no Estado de São Paulo, buscou-se a unificação das diretrizes pedagógicas e administrativas dessas instituições, fortalecendo a política pública voltada à formação técnico-profissional. Em âmbito nacional, destacou-se o Decreto-Lei nº 4.073, de 20 de janeiro de 1942, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo bases legais para a regulamentação da educação profissional em todo o país.



A partir da década de 1970, novas transformações impactaram as escolas industriais. A Lei nº 5.692/71, de José Bonifácio Coutinho Nogueira, reformulou o ensino de primeiro e segundo graus e inseriu a formação profissional como componente obrigatório. Posteriormente, no governo de Luiz Antonio Fleury Filho, as escolas industriais passaram a ser integralmente públicas, o que democratizou o acesso, ainda que também implicasse em desafios estruturais. O Decreto nº 34.032, de 22 de outubro de 1992, contribuiu com a reorganização das diretrizes da rede de ensino técnico estadual.

A presença feminina na educação profissional também é marcada por instituições como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1927 com enfoque na formação de meninas. Entre 1929 e 1937, sob a direção de Antonio Luiz Pandolf, o estabelecimento passou a ser denominado Escola Mixta Dr. Júlio Cardoso, evidenciando uma mudança de perfil institucional. Era “Mixta” com X mesmo (Ferreira, 2025).

Posteriormente, o Decreto Federal nº 47.038, de 16 de outubro de 1953, reconheceu oficialmente as disciplinas práticas oferecidas nessas instituições como "práticas profissionais", atribuindo-lhes status de formação técnica formal. Entre as áreas mais tradicionais da formação feminina, o curso de Corte e Costura merece destaque. Esta área abrangia um conjunto diverso de saberes, incluindo costura, corte, rendas e bordados, além da confecção de roupas brancas, vestuário de passeio, trajes de rigor e uniformes. Tais atividades não apenas forneciam habilidades técnicas, mas também refletiam as expectativas sociais e de gênero em relação ao trabalho feminino, delimitando os espaços considerados legítimos para a atuação profissional das mulheres.

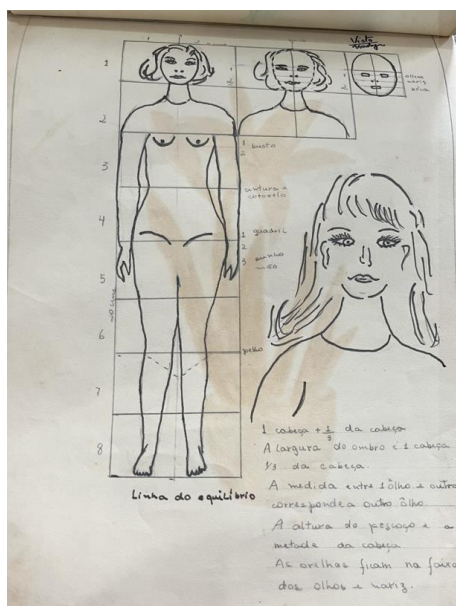
Joana Célia Borni de Oliveira, ex-aluna de Corte e Costura e que também já foi responsável pelo acervo, ofereceu inúmeros trabalhos a respeito das fontes históricas aqui trabalhadas e várias informações em entrevistas concedidas à autora. Segundo ela:

[...] entre os anos de 1998 e 2002, foi desenvolvido um importante projeto de valorização da história das instituições de ensino técnico do Estado de São Paulo. Coordenado pela professora Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, do Centro de Memória da USP, e com financiamento da FAPESP, o projeto teve como objetivo resgatar, preservar e organizar documentos históricos em escolas da rede do Centro Paula Souza. A iniciativa, denominada *Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo*, foi proposta originalmente pela professora Julia Falivene Alves, do próprio Centro Paula Souza (Oliveira, 2025).

Dentro desse contexto, a Etec Dr. Júlio Cardoso – fundada em 1924 – foi uma das unidades selecionadas para integrar o projeto. A escolha da escola ocorreu em razão da relevância e riqueza do acervo documental presente em seu centro de memória, o que reforçou seu papel como guardião de parte significativa da história da educação técnica paulista (Oliveira, 2001). Como parte das ações do

projeto, a escola recebeu do Centro de Memória da Educação da FEUSP diversos materiais técnicos e de conservação, essenciais para o início da organização do acervo. Entre eles estavam filmes poliéster, fitas de acetato, papéis neutros e japoneses, estiletos, luvas, máscaras, cola neutra e outros itens fundamentais para o tratamento e preservação dos documentos (Medianeira, 2025).

**Imagem 2** – Caderno de Aula de Joana Célia Borini de Oliveira.



Fonte: desenho da aluna Joana Célia Borini de Oliveira-1968. Acervo da Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”.

Quanto as fontes coletadas, a principal foi o Livro de Registro e Notas da escola, datado de 1924 até 1979. A priori as informações das décadas de 1930 e 1950 se relacionam diretamente ao contexto social do trabalho e as primeiras matrículas de 1928 são considerados os primeiros documentos de matrículas femininas na escola. Explica-se: embora a escola seja anunciadamente mista desde 1927, somente em 1928 houve as primeiras matrículas nos cursos destinados às mulheres (Licursi, Centro de Memória Alfredo, 2025). No acervo em questão, são muitas e variadas as fotografias (ver figura 3 e 4).

**Imagem 3 – Oficina de Corte e Costura**



Fonte: Oficina de Corte e Costura, s/d. Acervo da Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”.

**Imagem 4 – Oficina Feminina**



Fonte: Oficina Feminina 1965. Acervo da Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”.

**Imagem 5 – Curso de Puericultura**



Fonte: Curso de Puericultura, 1943. Acervo da Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”.

Vale salientar que o curso puericultura deu início aos cuidados com a saúde da população da cidade, que enfrentava diversos tipos de problemas, relacionados sobretudo à desnutrição e mortalidade infantil. Na documentação que já conseguimos contabilizar da escola profissionalizante de Franca, chamou-nos a atenção o aumento do número de interessadas em dois cursos específicos, possivelmente em virtude do crescimento da indústria calçadista do município. Trata-se dos cursos de Rendas e Bordados, e Corte e Costura. O primeiro deles, Rendas e Bordados, passou de 88 alunas na década de 1930, para 275 na próxima década. Já o segundo, o curso de Corte e Costura, que contava com apenas 5 matrículas na década de 1930, elevou o número para mais de 800 matrículas, na década de 1940.

De acordo com as documentações, foram, aproximadamente, 1376 mulheres matriculadas entre as décadas de 1930 e 1940 (ver tabela 1, gráficos 1, 2 e 3). Com o contexto histórico das décadas supracitadas da cidade, a demanda por alguns cursos e a profissionalização da mulher transformou os cenários dos cursos oferecidos. Podemos notar uma queda de matrículas no curso de Flores e Chapéus, mas o aumento nos cursos que envolviam costura e bordados, pois estes serviam mais ao papel de crescimento industrial do interior paulista (Licursi, Centro de Memória Alfredo, 2023).

A produção de calçados no interior do estado de São Paulo, sobretudo em Franca-SP, teve início com uma estrutura artesanal, voltada principalmente para o atendimento das demandas locais. Esse processo era conduzido por poucos trabalhadores, com métodos simples e sem o uso de tecnologia fabril. No entanto, com a expansão do setor cafeeiro e o crescimento de indústrias ligadas

à fabricação de calçados, essa atividade passou por um processo de transformação, voltando-se progressivamente para o mercado externo. Como resultado, tanto a produção de calçados quanto a de couro passaram a se configurar como atividades industriais organizadas (Malatian, 1996).

Conforme aponta Barbosa (2003), o desenvolvimento do setor calçadista na cidade de Franca (SP) não se deu, inicialmente, por meio da chegada de grandes empresas, mas sim por um processo de consolidação gradual de pequenas fábricas. Somente a partir da década de 1940 observa-se o fortalecimento de empresas de maior porte. Em 1945, por exemplo, Franca já contava com cinco grandes indústrias calçadistas, sendo que quatro delas haviam evoluído a partir de iniciativas artesanais baseadas em capital modesto.

Entre as décadas de 1920 e 1940, destaca-se o pioneirismo da cidade na inclusão de mulheres no setor fabril, muito antes dessa prática se tornar comum em outras regiões. Esse movimento antecipava uma característica que, segundo Antunes (2004), marcaria o mundo do trabalho nas décadas seguintes: a crescente participação feminina na força de trabalho, que, no capitalismo contemporâneo, passou a representar cerca de 40% nos países considerados desenvolvidos. Apesar disso, como observa o autor, essa inserção ocorreu de forma desigual, com remuneração média inferior à dos homens e acesso limitado a direitos sociais e trabalhistas (Antunes, 2006). Nesse período, as mulheres exerciam funções específicas nas fábricas, como a de pespontadeiras, sendo responsáveis por moldar o couro dos calçados — uma atividade essencialmente manual e artesanal (Tosi, 1998).

O pesponto é um tipo específico de costura utilizado na fabricação de calçados, caracterizado por unir partes do couro ou tecido de forma visível, resistente e com acabamento refinado. Essa técnica é essencial para a estrutura e a estética do sapato, sendo responsável por conferir forma e durabilidade ao produto final. Nas primeiras décadas do século XX, especialmente entre os anos 1930 e 1940, o trabalho de pespontar era feito manualmente e, em sua maioria, realizado por mulheres.

As pespontadeiras, como eram conhecidas, desempenhavam uma função central no processo produtivo, utilizando habilidades manuais precisas para costurar as peças de couro que, mais tarde, comporiam o cabedal dos calçados. Apesar da importância técnica desse trabalho, ele era frequentemente desvalorizado em termos de remuneração e reconhecimento social, refletindo a desigualdade de gênero presente na organização das fábricas da época. Ainda assim, o domínio do pesponto por essas mulheres foi fundamental para o desenvolvimento da indústria calçadista,

especialmente em cidades como Franca (SP), onde a produção artesanal coexistia com o surgimento das primeiras grandes indústrias do setor.

**Tabela 1 – Dados de matrículas de mulheres entre 1930 e 1940**

<b>Década</b>	<b>Curso</b>	<b>Matrículas</b>
1930	Corte e costura	5
	Flores e Chapéus	59
	Rendas e bordados	88
	Roupas brancas	61
1940/1950	Corte e costura	+800
	Flores e Chapéus	10
	Rendas e bordados	275
	Roupas brancas	78
<b>Total aproximado</b>		<b>1376</b>

\* O número ultrapassa mais de 800 matrículas (ainda a serem analisadas e calculadas)

Fonte: Centro de Memória Alfredo Licursi. Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”. Caderno de Matrículas e notas. São Paulo: Franca, 2023

**Tabela 2 – Expansão do setor calçadista em Franca (SP): da produção artesanal às grandes indústrias**

<b>Início do desenvolvimento - 1930</b>	Predominância de pequenas fábricas e produção artesanal.	Iniciativas baseadas em capital modesto, com estrutura familiar ou local.
<b>Período de crescimento</b>	Início da consolidação de empresas de médio e grande porte.	Processo gradual de crescimento das pequenas fábricas já existentes.
<b>Após 1940</b>	Existência de cinco grandes indústrias calçadistas na cidade.	Quatro dessas empresas evoluíram a partir de pequenos empreendimentos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025. Adaptado de Barbosa (2003).

### **A transição do lar ao trabalho**

Em conclusão, a análise dos dados revela uma adaptação significativa na oferta de cursos de acordo com as demandas econômicas e sociais da época. A redução nas matrículas de Flores e Chapéus e o crescimento dos cursos de Corte e Costura e Bordados refletem a evolução das necessidades do mercado de trabalho e a crescente industrialização de Franca-SP. Esta mudança indica que, apesar da

persistência de um modelo educacional que reforçava papéis tradicionais de gênero, houve uma resposta prática às novas exigências econômicas, sugerindo uma interação complexa entre educação, gênero e economia.

Com base na análise documental da escola profissionalizante de Franca e no contexto histórico da cidade entre as décadas, é possível perceber como a expansão da indústria calçadista influenciou diretamente a formação profissional feminina. O aumento expressivo das matrículas nos cursos de Corte e Costura, e Rendas e Bordados reflete não apenas a crescente demanda da indústria por mão de obra qualificada, mas também o reposicionamento da mulher no mundo do trabalho. Essas mudanças revelam uma transição significativa de cursos voltados ao universo doméstico, como Flores e Chapéus, para áreas ligadas à produção fabril, atendendo às necessidades do setor calçadista em desenvolvimento.

Além disso, o papel central das mulheres na produção artesanal — especialmente como pespontadeiras — demonstra como o saber-fazer feminino foi essencial na consolidação do parque industrial calçadista em Franca. Embora essas trabalhadoras enfrentassem desigualdades salariais e de direitos, sua atuação foi decisiva tanto na qualificação da produção quanto no fortalecimento do setor.

Assim, a trajetória da indústria calçadista em Franca não pode ser contada sem destacar a contribuição das mulheres, cuja presença cresceu à medida que o mercado se expandia e exigia novas formas de organização do trabalho. A profissionalização feminina, impulsionada pelas escolas e pelas demandas industriais, tornou-se um dos pilares desse processo histórico, revelando uma relação direta entre educação, trabalho e transformação social no interior paulista.

Um dado particularmente revelador é a inclusão do curso de Desenho Artístico como parte da grade curricular voltada ao público feminino, associado aos cursos de Corte e Costura. Ainda que aparentemente vinculado a atividades tradicionalmente consideradas domésticas ou artesanais, o ensino do desenho já indicava um deslocamento em direção a uma formação mais técnica e orientada à produção. Tal inclusão sugere que a educação das mulheres começava a ser pensada não apenas para reforçar os ideais de feminilidade, mas também para prepará-las, ainda que de forma tímida, para o mercado de trabalho fabril, especialmente no setor calçadista, que demandava habilidades específicas relacionadas ao design, modelagem e acabamento de peças. Portanto, o curso de Desenho pode ser interpretado como um indício da gradual transição entre uma educação voltada exclusivamente para o

lar e outra que, mesmo limitada por estereótipos de gênero, reconhecia e incorporava as exigências da industrialização emergente.

**Imagens 5 e 6** – Matrículas dos cursos de Desenho artístico e Costura do Caderno de Registros e Notas de 1947 a 1953.

Secção..... Curso *Desenho Artístico*

Matrícula do aluno *Maria de Lourdes Piovean sr.º*

em *6* de *Jan.º* de *1945*, natural de *Penapolis (Cacunda)*

nascido em ..... de ..... de 19....., filho de *Manoel Benimio Piovean*

Naturalidade do pai *brasileiro* profis. *triturador*

Responsavel pela educação do aluno.....

Residência do pai ou responsavel.....

É repetente da 1.ª série? ..... da 2.ª? ..... da 3.ª? ..... da 4.ª?

Fonte: Caderno de Registros e Notas de 1947 – 1954. Acervo Centro de Memória Alfredo Licursi. Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”. Caderno de Matrículas e notas. São Paulo: Franca, 2023

Secção..... Curso *Costura*

Matrícula do aluno *Juliana Espellos sr.º*

em *25* de *fev.* de *1943*, natural de *Franca*

nascido em *1.º* de *março* de *1937*, filho de *Genival Espellos*

Naturalidade do pai..... profis.....

Responsavel pela educação do aluno.....

Residência do pai ou responsavel.....

É repetente da 1.ª série? ..... da 2.ª? ..... da 3.ª? ..... da 4.ª?

Fonte: Caderno de Registros e Notas de 1947 – 1954. Acervo Centro de Memória Alfredo Licursi. Escola Técnica Estadual “Dr. Júlio Cardoso”. Caderno de Matrículas e notas. São Paulo: Franca, 2023

## Considerações finais

A análise histórica da formação profissional feminina em Franca-SP evidencia como o processo de industrialização influenciou profundamente a educação das mulheres, promovendo, ainda que de forma gradual, sua inserção no mercado de trabalho. Esse percurso, que vai da valorização de cursos



vinculados ao espaço doméstico, como Flores e Chapéus, à incorporação de saberes técnicos relacionados à produção fabril, como Corte e Costura e Desenho Artístico, nos ajuda a compreender os alicerces sobre os quais se construíram as atuais práticas educacionais voltadas ao público feminino.

Atualmente, embora ainda existam desigualdades de gênero na educação e no mundo do trabalho, o reconhecimento da importância da qualificação técnica para as mulheres é resultado de lutas históricas e de transformações que podem ser identificadas por meio de registros escolares e memoriais institucionais. Nesse sentido, a pesquisa histórica e o trabalho com acervos, como o Livro de Registro e Notas analisado neste estudo, tornam-se instrumentos fundamentais para revelar continuidades e rupturas nas formas de escolarização feminina.

Ao lançar luz sobre essas trajetórias invisibilizadas, tais estudos não apenas recuperam a memória de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades, mas também oferecem subsídios para políticas públicas educacionais mais equitativas, conscientes das raízes históricas da desigualdade de gênero. Portanto, compreender o passado da educação das mulheres é essencial para pensar o presente.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Atuação pública e promoção da eficiência coletiva em arranjos produtivos locais [recurso eletrônico]: a experiência do pólo industrial de Franca SP**. São Paulo: Ed. UNESP Digital, 2016.

OLIVEIRA, Joana Célia de. **Caderno de desenhos de corte e bordados.1968/1971**. Acervo do Centro de Memória da Etec Dr Júlio Cardoso.

OLIVEIRA, Joana Célia B. **Entrevista concedida à autora em 2025**, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso.

MEDIANEIRA, Maria M. F. **Entrevista concedida à autora em 2025**, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. pp 223 – 240.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere-vol. 5**. Rio de Janeiro-RJ: Editora José Olympio, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa (DL Werle, trad.). São Paulo, SP: Unesp, 2010.

HAHNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi;

PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo-SP: Editora Contexto, 2012.

HOELLER, Maria Aparecida de Oliveira. Discursos sobre modernidade para a escola primária: **Primeira conferência estadual do ensino primário e Primeiro Congresso de instrução primária. 36ª Reunião Nacional da ANPED** – 29 set. - 02 de out. 2013, Goiânia-GO.

ISAÚ, Manoel. Educação salesiana no Brasil sudeste de 1880 a 1922. Dimensões e atuação em diversos contextos. **Campinas: Unicamp,** 2006. Disponível em: <[https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Manoel\\_Isau\\_artigo.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Manoel_Isau_artigo.pdf)>. Acesso em jun. 2022.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) 2003.

MALATIAN, Teresa Maria. Memória e Identidade entre Sapateiros e Curtumeiros. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p.193-206, 1996.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação:** Da antiguidade aos nossos dias. São Paulo-SP: Cortez editora, 2022.

PERROT, Michele; DUBY, George. **História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 1991.

ROSEMBERG, Flávia. Educação: mulheres educadas e educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo-SP: Editora Contexto, 2012.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do Estado de. **Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920.** São Paulo, 1920. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>>. Acesso em: ago. 2022.

SAVIANI. Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil.** Editora Contexto, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo-SP: Editora Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. A história das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle (Org.). **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior**: Franca e a história da indústria coureirocalçadista (1860-1945). 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Economia) -Unicamp, Campinas, 1998.